

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.308 - MT (2019/0193206-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **GENY FERREIRA AQUINO**
REPR. POR : **ELYGIA FERREIRA AQUINO FELIX - CURADOR**
ADVOGADO : **FABIO ARTHUR DA ROCHA CAPILE - MT006187**
RECORRIDO : **UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**
ADVOGADOS : **FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO - MT007627**
 : **ANA PAULA SIGARINI GARCIA - MT010133**
 : **VITOR HUGO FORNAGIERI - MT015661**
 : **LARISSA MICAEL BRANDAO - MT026018**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GENY FERREIRA AQUINO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - INOCORRÊNCIA - CAUSA MADURA - PLANO DE SAÚDE - FORNECIMENTO DE TRATAMENTO E MEDICAMENTO EM ÂMBITO DOMICILIAR - PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO NÚMERO DE PROFISSIONAIS E SESSÕES - NECESSIDADE NÃO COMPROVADA - INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO LEGAL E CONTRATUAL - RECURSO PROVIDO.

1. Inexiste cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não há necessidade de produzir provas testemunhais e/ou periciais.

Inteligência do art. 5º, LXXVIII, da CF, e dos arts. 130, 131 e 330, I, do CPC. 2. Inexistindo prova da necessidade da majoração da quantidade de profissionais e/ou sessões para o tratamento médico do paciente, e não tendo sido invertido o ônus da prova em decorrência da natureza consumerista do contrato de plano de saúde, a pretensão autoral deve ser rechaçada.

Inteligência do art. 6º, VIII, do art. 333, I, do CPC, e da Súmula nº 469/STJ.

3. Exceto nos casos previstos em Lei e, porventura, no contrato celebrado, inexiste direito ao fornecimento de tratamento e medicamento em âmbito domiciliar. Inteligência dos arts. 10 e 12 da Lei nº 9.656/1998, dos princípios da especialidade, força vinculante dos contratos, legalidade e proporcionalidade, e do art. 5º, II, da CF.

4. Recurso provido" (e-STJ fl. 516).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

A recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 535 do Código de Processo Civil de 1973 e 47 do CDC. Sustentando, em síntese, a negativa de

prestação jurisdicional, a ocorrência de cerceamento de defesa e que a cláusula contratual deve ser interpretada de maneira mais favorável ao consumidor.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar.

Foram opostos declaratórios pela parte ora recorrente, firme nas seguintes argumentações:

"O contrato de plano de saúde submete-se à vigência do Código de Defesa do Consumidor e, por isso, nos termos do art. 47, suas cláusulas são interpretadas de maneira favorável ao consumidor, em virtude da hipossuficiência econômica e técnica em relação aos prestadores e fornecedores de serviço" (e-STJ fl. 544).

Compulsando os autos, verifica-se que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, a Corte local permaneceu silente quanto à alegada violação ao artigo 47 do CDC.

O artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, IV, determina que é omissa a decisão que *"não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"*.

Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do CPC/2015 a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NULIDADE DO JULGADO. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem para que este se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão apontada.

3. Recurso Especial provido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração" (REsp 1.642.708/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 17/04/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciada a matéria suscitada nos declaratórios de fls. 529/550 e-STJ como entender de direito, prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator